

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 131, de 2017

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Iniciativa:

Ementa:

Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 31/10/2017 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

31/10/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Realizada, em 31/10/2017, audiência pública com a presença do Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda.

29/08/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Em reunião realizada em 29/08/2017, é lido pelo presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, o Requerimento nº 131/2017, de iniciativa do senador Lindbergh Farias. Incluída a matéria como extrapauta, a comissão aprova, como convite, o Requerimento nº 131/2017-CAE.

29/08/2017 CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 13:07.

DOCUMENTOS

RQE 131/2017

Data: 29/08/2017

Autor: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Descrição/Ementa: Requeiro, com base nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, a comparecer à esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a fim de prestar informações acerca das

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 131, de 2017

DOCUMENTOS

ações de privatização anunciadas pelo Governo Federal, em 23 de agosto de 2017.
